



EDITORA



UnB

# **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

## **Volume II**



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

### **Organizadores**

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Villas Boas

Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das  
Ciências Agrárias  
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

**Organizadores**

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



**Universidade de Brasília**

**Reitora** Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Jorge Madeira Nogueira  
Lourdes Maria Bandeira  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
Verônica Moreira Amado  
Rita de Cássia de Almeida Castro  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.  
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

**Equipe editorial**

Observatório da Educação do Campo  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)  
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

**Coordenadora de produção editorial**

Mônica Castagna Molina

**Preparação e revisão**

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento  
de imagem, produção gráfica,  
vetorização de  
figuras/gráficos/tabelas/quadros,  
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

*Copyright* © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)

E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

# Sumário

<b>Prefácio</b>	
Roseli Salete Caldart.....	06

<b>Apresentação</b>	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

## **BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

<b>Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses</b>	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

<b>Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza</b>	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

## **EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

<b>Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília</b>	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

<b>Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA</b>	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

<b>Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária</b>	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

<b>Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará</b>	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

<b>Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)</b>	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

## **EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS**

<b>Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro</b>	
Jonas Duarte.....	218

<b>Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC</b>	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

<b>Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído</b>	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

<b>Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar</b>	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

### **EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA**

<b>Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária</b>	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

<b>O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista</b>	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

<b>Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)</b>	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

### **EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE**

<b>Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar</b>	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

<b>Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária</b>	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

<b>A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE</b>	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

<b>As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular</b>	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

<b>Posfácio</b>	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

<b>A respeito das Organizadoras e Organizadores.....</b>	<b>463</b>
--	------------

<b>A respeito dos Autores.....</b>	<b>467</b>
------------------------------------	------------

# **EIXO 1**

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

**Educação do Campo e democracia: a experiência do  
Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no  
Campo” da Universidade de Brasília**

*Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Rafael Litvin Villas Bôas,  
Luis Henrique Gomes de Moura e Marco Antonio Ribeiro Baratto*

**Construção compartilhada de saberes:  
a experiência do NEEPA**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo,  
Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana*

**Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA  
Amazônico e Residência Agrária**

*Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e  
Elenara Ribeiro da Silva*

**Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação  
Residência Agrária na Universidade Federal do Pará**

*Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira*

**Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática  
no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo  
– Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

*Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevã  
e Ranielle Caroline de Sousa*



# **Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

---

**Erika Macedo Moreira<sup>1</sup>**

---

**Ana Cláudia Diogo Tavares<sup>2</sup>**

---

**Janaina Tude Sevá<sup>3</sup>**

---

**Ranielle Caroline de Sousa<sup>4</sup>**

---

## **Resumo**

O presente artigo visa sistematizar as diversas experiências político-pedagógicas vivenciadas no âmbito do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (PPGDSC) da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás, executado entre 2013 e 2015.

---

<sup>1</sup>Doutora em Direito pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás e Coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) Pronera. Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/ Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: erika.moreira@pq.cnpq.br.

<sup>2</sup>Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) da UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Assessoria Jurídica Popular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/ Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: anaclaudiatavares@yahoo.com.

<sup>3</sup>Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFR-RJ). Professora da Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Documentação e Memória. Coordenadora Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/ UFG (2013/2015). E-mail: janainatudeseva@gmail.com

<sup>4</sup>Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo). Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação do Campo e Coordenadora Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo/Residência Agrária - CNPq/ INCRA-Pronera/UFG (2013/2015). E-mail: ranielle.caroline@gmail.com.

Nesse sentido, no artigo apresenta-se inicialmente o perfil diverso dos sujeitos que compuseram a turma de estudantes da Pós-Graduação, que se autodenominou Turma Dom Tomás Balduino. Em seguida, discute-se a proposta pedagógica elaborada e as práticas político-pedagógicas desenvolvidas na construção do programa: professores universitários, estudantes da pós-graduação e da graduação, movimentos populares e suas entidades de apoio. Na descrição da estrutura pedagógica, destaca-se o papel dos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs) na articulação teórica e prática, no acompanhamento do Tempo Escola e do Tempo Comunidade e na elaboração de estratégias de intervenção na realidade social. O papel dessas estratégias é o de ampliar o potencial de transformação que representa a especialização em direitos sociais do campo de profissionais com atuação nos movimentos populares e/ou organizações camponesas. Em considerações finais, as práticas pedagógicas contra-hegemônicas consolidadas a partir da efetivação do direito como campo de intervenção do Pronera permitem o questionamento do ensino tradicional nos cursos de direito. Além disso, reiteram o protagonismo dos/as educandos/as na construção de saberes que os tornam especialistas no tema e multiplicadores de metodologias e conhecimentos gestados no processo de ensino-aprendizagem.

## **Introdução: aspectos político-institucionais do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

O presente artigo visa apresentar um relato sobre as diversas experiências político-pedagógicas vivenciadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária (PPGDSC). O Programa foi constituído em atendimento à Chamada CNPq/MDA-IN CRA nº 26/2012 e regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1.171 da Universidade Federal de Goiás. Soma-se às iniciativas da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG) no desenvolvimento de ações de ensino-pesquisa-extensão voltadas à valorização da diversidade cultural e à garantia dos direitos dos povos do campo beneficiários da Reforma Agrária,

agricultores familiares, indígenas e quilombolas<sup>5</sup>.

Vale lembrar que a Regional Goiás/UFG está localizada no município de Goiás, que proporcionalmente é o município com o maior número de assentamentos do Brasil. São 23 projetos de Assentamentos: Bom Sucesso, Dom Tomas Balduino, Mata do Baú, Mosquito, São João do Bugre, São Felipe, Acaba Vida II, Retiro, Rancho Grande, São Carlos, Lavrinha, Novo Horizonte, Paraíso, Buriti Queimado, União Buriti, Holanda, Baratinha, Vila Boa, Engenho Velho, Varjão, Magali, Serra Dourada e Padre Felipe Leddet<sup>6</sup>.

A cidade de Goiás ainda está próxima de dois povos indígenas: o povo Tapuia, no município de Rubiataba, e o povo Karajá, no município de Aruanã. Além disso, há também comunidades remanescentes de quilombos em processo de regularização. Ademais, a Regional está localizada no Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, programa do governo federal que busca promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A Regional Goiás/UFG, portanto, está em uma região privilegiada para a pesquisa, que concentra agronegócio, agricultura familiar e projetos de assentamento que se aproximam no tempo/espço e tencionam projetos de desenvolvimento do campo (HAESBERT, 1999; GIRARDI, 2008).

De acordo com o projeto político-pedagógico e a Resolução CEPEC/UFG nº 1.171, o PPGSDC teve como objetivos:

<sup>5</sup>A Regional Goiás/UFG foi a pioneira no desenvolvimento de cursos de Direito no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Com efeito, o desenvolvimento dessa política afirmativa de acesso ao ensino superior em uma universidade pública para camponeses no curso de Direito é um marco para o processo de refundação da Universidade Federal na Cidade de Goiás e para o próprio Pronera. Sobre a experiência da Turma Evandro Lins e Silva, ver: SOUSA, 2009, 2012; MORAIS, 2010. Nesse sentido, vale destacar que a especialização também visou dar continuidade à formação dos estudantes que concluíram o curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultura Familiar da UFG - Turma Evandro Lins e Silva, além de propor uma articulação entre movimentos sociais e universidade em defesa dos direitos do campo. Assim, o projeto foi um passo importante para a Regional Goiás e para o amadurecimento do Pronera, por ter proporcionado uma reflexão sobre a Educação Jurídica sob a perspectiva dos princípios do programa e especialmente por acrescentar o Direito como área do conhecimento, não só desejável, mas sobretudo necessária ao público do (Pronera).

<sup>6</sup>Tabela de dados dos assentamentos no município de Goiás disponível em: <[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=4&Parameter-s\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=2](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=4&Parameter-s[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=2)>. Acesso em: 6 jan. 2017.

I) Contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com foco nas ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA;

II) qualificar a formação de professores, estudantes e técnicos extensionistas na área de Residência Agrária Jurídica;

III) promover a interdisciplinaridade com os cursos de Serviço Social e Filosofia do CACG, articulando suas práticas pedagógicas, extensionistas e de pesquisa com a Educação Jurídica e a Educação do Campo;

IV) fortalecer a Educação do Campo e a cultura jurídica, crítica e plural, como estratégia do desenvolvimento humano vinculada aos projetos de construção do bem viver, no âmbito econômico, social e cultural do campo, a partir do fortalecimento do conhecimento popular e tradicional e da busca pelas novas práticas produtivas, pedagógicas e laborais;

V) atender à demanda de criação de um programa de pós-graduação lato sensu, voltado para o público beneficiário do PRONERA, de acordo com o art. 13 do decreto nº 7.352/2010 e item 8.3 do Manual do PRONERA (de acordo com Acórdão TCU nº 3.269/2010);

VI) fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão sobre os direitos sociais do campo, mediante atividades que possibilitem articular a graduação, a pós-graduação, os movimentos sociais do campo e as comunidades rurais e povos tradicionais;

VII) contribuir para a consolidação do direito enquanto área de intervenção das políticas de Educação do Campo e da extensão rural;

VIII) contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem na formação jurídica;

IX) instrumentalizar os educandos para que possam intervir nas demandas jurídicas nas áreas de Reforma Agrária, a partir da construção de conhecimentos teórico-metodológicos voltados para a realidade específica do campo;

X) realizar mapeamento das demandas jurídicas envolvendo as comunidades rurais de origem dos estudantes da turma de Residência Agrária;

XI) realizar o estágio de vivência com estudantes da graduação do CACG/UFG, em duas comunidades de origem dos estudantes da turma de Residência Agrária;

XII) contribuir com o desenvolvimento humano, econômico, social e cultural das comunidades rurais parceiras do projeto.

Para atender a essas finalidades, a proposta pedagógica do curso assumiu o desafio de pensar a formação jurídica de extensionistas beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares, no sentido de fortalecer as relações entre assistência técnica jurídica, Educação do Campo e desenvolvimento. Assim, o projeto buscou afirmar a Educação do Campo e a cultura jurídica crítica e plural como estratégias de desenvolvimento humano vinculadas aos projetos de construção do bem viver, no âmbito econômico, social e cultural do campo a partir da busca de novas práticas produtivas, pedagógicas e laborais.

O Programa contou com uma estrutura participativa e dialogada, especialmente a partir da constituição da Comissão Político-Pedagógica (CPP). A proposta pedagógica do Programa foi pensada para que os sujeitos envolvidos pudessem refletir, discutir e decidir como o projeto seria desenvolvido. Daí a importância de apresentar esses sujeitos para então compreender as práticas pedagógicas e discutir em que medida foram gerados processos permanentes que duraram para além do curso nas comunidades e nos movimentos sociais parceiros e na própria universidade, além de compreender quais consequências e desdobramentos foram gerados, e se essa experiência indica possibilidades de superação.

## **Turma Dom Tomás Balduino: seus sujeitos e territórios**

A turma do Programa de Pós-graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária, batizada de Turma Dom Tomás Balduino pelos educandos, foi formada a partir de processo seletivo previsto nos termos do Edital nº 13/2013.

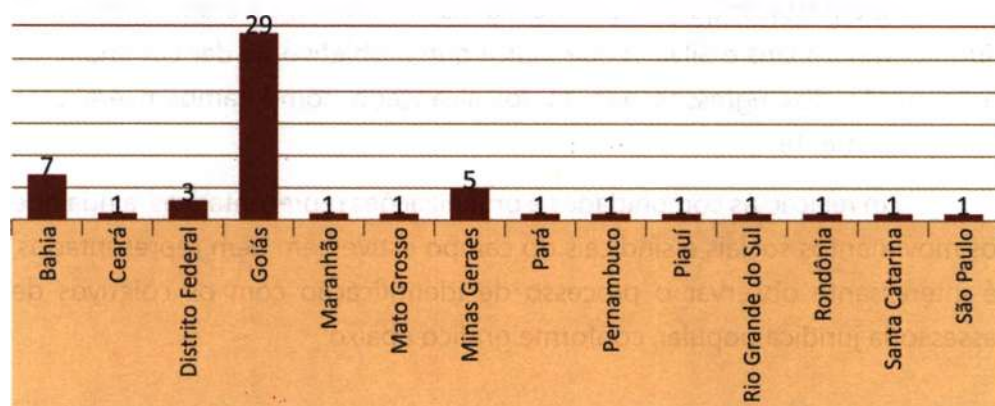
Foram 98 inscritos para um total de 55 vagas. Considerando a não utilização dos 10% de vagas para técnicos administrativos da UFG e do INCRA e a ampliação do alcance do número de bolsas (uma vez que outras

pessoas estavam aprovadas, porém impedidas de receber bolsa de pesquisa), foi possível constituir uma turma com formação inicial de 57 educandos/as (desses, 52 foram concluintes).

Com inspiração na trajetória da Turma Evandro Lins e Silva (1ª Turma de Direito Pronera/ UFG), o processo seletivo foi aberto em caráter nacional, o que nos colocou desafios na constituição de estratégias, em especial para o acompanhamento do Tempo Comunidade, conforme será detalhado adiante.

A turma foi composta por educandos/as de 14 Estados e do Distrito Federal, sendo a região Centro-Oeste a mais representativa quantitativamente (36 educandos/as), seguida das regiões Nordeste (11), Sudeste (6), Norte (2) e Sul (2):

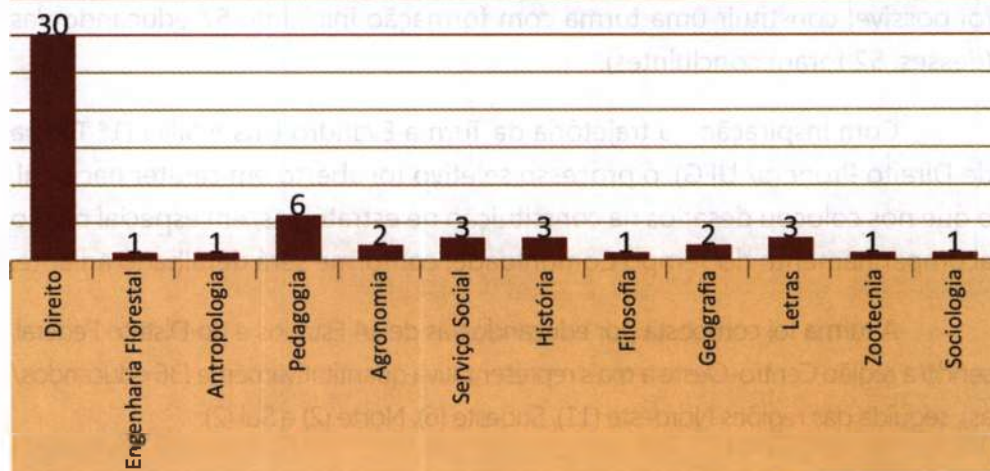
**Gráfico 1: Representação da Turma Dom Tomás Balduino por estado da federação**



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade\_01 (Julho/2013).

Outra característica da turma foi a opção de realizar um curso de Especialização em Direito, porém com seleção aberta a graduados de qualquer área do conhecimento. Por um lado, o projeto firmou um entendimento de que era necessário afirmar o direito como uma área do conhecimento legítima para os povos do campo. Por outro lado, considerou a necessidade de fortalecer uma concepção interdisciplinar do direito também a partir dos/as educandos/as da turma. Desse modo, a turma teve a seguinte constituição em relação à graduação dos/as educandos/as:

## Gráfico 2: Representação da Turma Dom Tomás Balduino por áreas de graduação

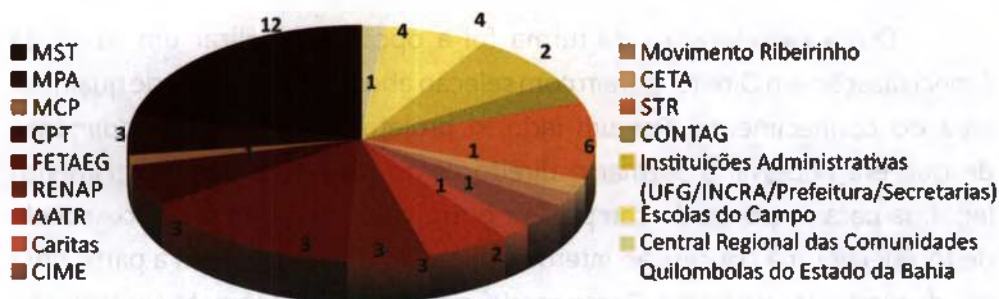


Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade\_01 (Julho/2013).

Vale destacar que, dos 30 bacharéis em Direito, 23 eram egressos da Turma Evandro Lins e Silva, o que indica que o objetivo de dar continuidade à formação dos egressos não só foi alcançado como também era uma demanda latente.

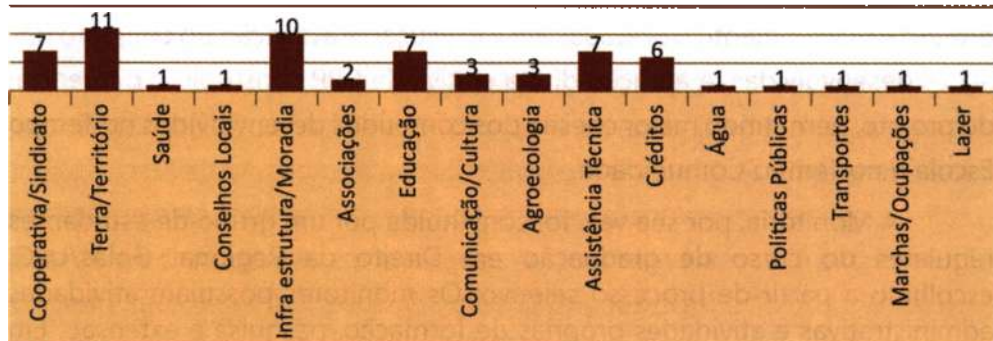
Em relação às comunidades e organizações representativas, ainda que os movimentos sociais e sindicais do campo estivessem bem representados, é interessante observar o processo de identificação com os coletivos de assessoria jurídica popular, conforme gráfico abaixo:

## Gráfico 3: Instituições/Organizações/Movimentos Sociais na Turma Dom Tomás Balduino



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade\_01 (Julho/2013).

**Gráfico 4:** Perfil das demandas por acesso e efetivação dos Direitos Sociais do Campo



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade\_01 (Julho/2013).

As entidades de apoio tiveram papel fundamental na execução do Tempo Comunidade, tendo em vista o caráter nacional do projeto e o projeto de Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária, que permitiu a interação entre estudantes da graduação e da pós-graduação. A diversidade de áreas de formação, de regiões e estados dos/as educandos/as que integraram a turma, somada à metodologia de diálogo e inter-relação entre teoria e prática norteados pelos princípios da Educação do Campo e do Pronera, são elementos diferenciadores da proposta pedagógica que se desenvolveu no Programa, especialmente considerando o conjunto do perfil de demandas por acesso aos direitos sociais do campo.

## **Proposta pedagógica: a teoria pela prática**

No nível administrativo e de gestão do projeto, o Programa se organizou da seguinte forma: Coordenação Geral, Comissão Político-Pedagógica (CPP), Coordenação Pedagógica, Núcleos de Extensão e Pesquisa, Monitoria e Educandos. Cada um desses elementos era responsável não só por atividades administrativas, como também compunham e articulavam as atividades pedagógicas, sem necessariamente compor uma hierarquia.

A CPP foi composta por representantes da turma, professores colaboradores e convidados representantes do Pronera, além de representantes das entidades dos educandos (comunidades, movimentos sociais, organizações). A CPP, como coletivo, foi responsável pelo conjunto das ações do Programa, desde as reuniões preparatórias de construção do



projeto e planejamento das etapas até a execução e avaliação do conjunto das ações desenvolvidas. A atuação direta e ativa da CPP constituiu o diferencial do projeto, permitindo maior coesão dos conteúdos desenvolvidos no Tempo Escola e no Tempo Comunidade.

A Monitoria, por sua vez, foi constituída por um grupo de estudantes regulares do curso de graduação em Direito da Regional Goiás/UFG, escolhido a partir de processo seletivo. Os monitores possuíam atividades administrativas e atividades próprias de formação, pesquisa e extensão. Em relação às atividades administrativas, os monitores eram vinculados a um determinado NEP e desenvolviam atividades de apoio à coordenação dos Núcleos em todas as suas atividades, inclusive no acompanhamento das disciplinas ofertadas durante o Tempo Escola, e participavam de todas as atividades de planejamento, execução e avaliação do projeto. Nas atividades de formação, realizaram o Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária (EIRA), no qual executaram atividades de pesquisa e extensão.

O EIRA tinha como um de seus elementos centrais o intercâmbio entre os alunos regulares da graduação em Direito e os educandos/as da Especialização, que passaram a atuar como orientadores junto com professores do Programa. A proposta foi pautada na vivência dos alunos de graduação nas comunidades dos educandos/as da Especialização e no desenvolvimento de pesquisa e/ou extensão nessas comunidades, sob orientação dos professores e dos educandos/as do Programa.

A proposta do EIRA foi construída em etapas complementares: formação do grupo, escolha das comunidades e educandos/as da Residência Agrária que cumpririam o papel de orientadores dos bolsistas de graduação (atividade conjunta entre professores, educandos/as da pós e monitores/estagiários); vivência na comunidade e levantamento de demandas para pesquisa e/ou extensão em conjunto com a comunidade; avaliação e construção do projeto de pesquisa/extensão; desenvolvimento do projeto na comunidade; elaboração de relatório e produtos; devolução à comunidade; avaliação e entrega de resultados ao Programa e à Universidade<sup>7</sup>.

<sup>7</sup>Participaram do EIRA 11 monitores/estagiários, que cumpriram seus estágios nas seguintes localidades: Comunidade Remanescente do Quilombo Rio dos Macacos em Salvador, Bahia; comunidade de Geraizeiros do norte de Minas Gerais; movimentos de luta pela terra em Rondônia e Mato Grosso; Assentamento Conceição Rosa e comunidades quilombolas no Maranhão; Assentamento Rancho Grande; Assentamento Paraíso; Assentamento Dom Fernando; movimentos de luta por moradia camponesa e resgate de sementes crioulas; Assentamento Ponte de Pedra, atingida por agrotóxico no estado de Goiás. Para saber mais sobre o EIRA, ver o Relatório Final da execução física do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária, 2016.

Pedagogicamente, o eixo central do Programa foi a Pedagogia da Alternância, conjugando ações entre os períodos de Tempo Escola/Universidade, realizado em 4 etapas<sup>8</sup>, e Tempo Comunidade.

As três primeiras etapas foram destinadas às disciplinas e atividades de pesquisa e extensão na cidade de Goiás e região. A 4ª etapa foi destinada ao congresso de encerramento "Ocupar, Resistir e Produzir Saberes", realizado entre os dias 10 e 14 de abril de 2015<sup>9</sup>.

Os Tempos Comunidade ocorriam entre os períodos de integralização de componentes curriculares a partir de um documento diretriz que determinava quais atividades seriam desenvolvidas. A constituição dessas estratégias se dava a partir de categorias de análise mobilizadas ao longo do Tempo Escola/Universidade e pelo planejamento construído nos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs).

As atividades do Programa foram realizadas em ciclos que interligavam Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade, organizados nos seguintes momentos: Seminário Tempo de Chegada, Componentes Curriculares, Seminário Tempo de Saída e Atividades do Tempo Comunidade. O seminário de tempo de chegada propiciava ao educando/a apresentar um relatório escrito ou audiovisual das atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade, bem como permitia apresentar em debates a previsão das

---

<sup>8</sup>As etapas ocorreram em julho de 2013, janeiro de 2014, julho de 2014 e abril de 2015. As três primeiras tiveram duração média de 21 dias e carga horária de 120 horas/aula, totalizando na matriz curricular 360 horas de Tempo Escola/Universidade e 154 horas de Tempo Comunidade/carga horária prática.

<sup>9</sup>O congresso de encerramento foi pensado como resposta à avaliação da turma durante o seminário de saída do Tempo Escola 03, sobre a importância de construir um momento que permitisse a toda a turma conhecer o trabalho de conclusão do curso desenvolvido por cada colega, ampliando o acesso ao conhecimento para além da atuação no âmbito do seu respectivo NEP e fortalecendo assim o exercício do olhar interdisciplinar. Assim, a proposta metodológica do evento buscou privilegiar o espaço de fala e reflexão protagonizado pelos/as educandos/as da turma. A partir da proximidade temática, organizamos mesas de debate compostas pelos educandos/as como expositores e avaliadores externos como debatedores. Os/as orientadores/as tinham espaço de fala e contribuição apenas no momento em que a palavra era franqueada ao público presente. Os debatedores externos tinham como atribuições: 1) receber e ler os artigos relacionados à mesa temática da intervenção no Congresso; 2) debater e problematizar aspectos teóricos-metodológicos de cada artigo; 3) estabelecer pontos de conexão entre os trabalhos; 4) contribuir com o amadurecimento acadêmico, acúmulo de conteúdo e formação profissional dos educandos. A experiência foi um sucesso e a proposta acabou sendo acatada e reproduzida por outras turmas do Residência Agrária, como da UnB, Unesp e UFC.

atividades do Tempo Escola/Universidade, a escolha das disciplinas a serem ofertadas pelos NEPs e a organização interna da turma. O segundo momento estava relacionado à realização das disciplinas curriculares e atividades curriculares complementares. O terceiro momento, seminário de tempo de saída, possibilitava refletir e avaliar as ações do Tempo Escola, preparar o Tempo Comunidade e o próximo Tempo Escola, como levantamento de atividades e disciplinas de interesse, planejamento da pesquisa/extensão e trabalho de conclusão do curso. O Tempo Comunidade era o momento de realizar as atividades propostas pelo instrumento construído no seminário de tempo de saída na comunidade do/a educando/a, sob orientação dos professores do Programa e do orientador político indicado pela comunidade/movimento/organização.

As atividades desenvolvidas durante a Especialização podem ser organizadas em quatro grandes grupos: disciplinas; atividades e projetos complementares; projetos de pesquisa-extensão e TCC; ação estruturante. Em relação às disciplinas, foram ofertadas de três naturezas: as obrigatórias, as "optatórias" e as optativas dos NEPs.

As disciplinas obrigatórias, cursadas por todos/as educandos/as da Especialização, foram compostas por carga horária teórica e carga horária prática, distribuídas entre Tempo Escola e Tempo Comunidade. Tais disciplinas foram propostas no projeto da Especialização e refletiam o cerne do perfil de egresso pretendido pelo curso, o seu núcleo teórico-metodológico fundante. Foram elas: Questão Agrária e Direitos Sociais do Campo, Metodologia da Pesquisa e Metodologia da Extensão<sup>10</sup>.

As disciplinas "optatórias" eram optativas, porém de caráter obrigatório à turma. Suas temáticas foram definidas durante o processo de avaliação, ao final de cada etapa de Tempo Escola, apontando para a etapa

---

<sup>10</sup>A disciplina de Metodologia de Extensão constitui uma inovação no método de realizar pós-graduação no Brasil hoje, considerando a perspectiva de uma pesquisa participante (BORDA, 1982) voltada para a construção de conhecimento a partir da realidade social e das demandas oriundas das camadas populares da população. Essa realidade nos ensinou que a prática aponta para a necessidade de superar a pesquisa jurídica feita meramente por meio da revisão bibliográfica, senão em diálogo com ela, e as discussões teóricas e metodológicas que a formação acadêmica nos aporta.

seguinte os conteúdos de importância para o amadurecimento teórico-metodológico individual e coletivo da turma. Foram disciplinas propostas pelos/as próprios educandos/as, que tiveram a proposta de ementa construída pela Coordenação Pedagógica em diálogo com a CPP<sup>11</sup>.

Por fim, as disciplinas optativas dos NEP's foram criadas a partir das temáticas e demandas específicas de cada Núcleo, para atender às especificidades dos projetos de pesquisa/extensão. Foram ofertadas duas disciplinas de cada NEP durante cada Tempo Escola<sup>12</sup>.

Além das disciplinas, outro componente essencial do curso foram os projetos de pesquisa extensionista que geraram os Trabalhos de Conclusão de Curso. Foi proposto que os educandos/as desenvolvessem projetos de pesquisa e/ou extensão que fossem apresentados e avaliados na seleção da turma, e desenvolvidos na comunidade do/a educando/a sob orientação de um/a professor/a da Especialização e um orientador/a político dentro de um dos NEPs. Os projetos foram sintetizados como Trabalho de Conclusão de Curso na forma de artigo apresentado no Seminário de Encerramento.

Os projetos de pesquisa extensionista foram essenciais para a organização dos/as educandos/as nos NEPs e para a ligação entre Universidade, Especialização e Comunidade dos/as educandos/as.

---

<sup>11</sup>Disciplinas "optatórias": Gênero, Relações Humanas e Poder, ofertada durante o 2º Tempo Escola, e Conflitos Socioambientais e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, ofertada durante o 3º Tempo Escola.

<sup>12</sup>O NEP de Assessoria Jurídica Popular ofertou as seguintes disciplinas: Formação Político-territorial; Introdução à Assessoria Jurídica Popular; Teoria do Direito; Teoria Crítica do Direito; Experiências em Assessoria Jurídica Popular: estudos de caso e experiências em Assessoria Jurídica Popular I; Experiências em Assessoria Jurídica Popular: estudos de caso e experiências em Assessoria Jurídica Popular II. O NEP de Educação do Campo ofertou estas disciplinas: Fundamentos da Educação do Campo; Terra, Trabalho e Sociabilidade; Educação e Movimentos Sociais; Estado e Políticas Públicas; Instrumentos Pedagógicos da Educação do Campo; Experiências em Educação do Campo: estudos de caso. O NEP de Agroecologia e Território surgiu durante o Tempo Escola 3 como uma demanda dos educandos/as e ofertou a disciplina Experiências em Agroecologia e Território: estudos de caso. Seu surgimento está relacionado ao amadurecimento temático de educandos/as que estavam vinculados aos outros dois NEPs e perceberam a necessidade de ter um momento específico. Para dar conta dessa demanda, a disciplina foi composta de dois momentos pedagógicos: a parte teórico-prática, a partir da preparação e realização de trabalho de campo no Assentamento de Reforma Agrária Dom Fernando (município de Itaberai), e a segunda, em formato de banca de qualificação, a partir da exposição do recorte temático do trabalho de conclusão do curso de cada educando/a, considerando a arguição de membros avaliadores.

Durante o projeto também foram desenvolvidas atividades complementares: seminários, palestras, atividades de extensão, cursos de formação, atividades de campo e outras desenvolvidas durante o curso, em conjunto com os estudantes da graduação e a universidade, com outras instituições de ensino superior e cursos de graduação e pós-graduação, com as comunidades e sujeitos envolvidos no curso. Essas ações consistiram em forma de diálogo e intercâmbio do projeto com diversos sujeitos e para a formação complementar dos/as educandos/as.

Concluindo o grupo de atividades do Programa, cada NEP desenvolveu ações estruturantes: atividades de extensão desenvolvidas em conjunto com os/as educandos/as, com e para a comunidade da Cidade de Goiás e/ou a Universidade Federal de Goiás. O objetivo das ações estruturantes foi pensar intervenções da turma que provocassem reflexos para além da turma e das comunidades dos/as educandos/as.

Será necessário um tempo maior para avaliar os NEPs e, em especial, as ações estruturantes que são centrais para avaliar como as práticas pedagógicas do curso refletiram e refletem de forma mais duradoura que o período da Especialização.

## **Núcleos de Extensão e Pesquisa: espaço para a construção do pertencimento e articulação entre teoria e prática**

Os NEPs constituíram a vida orgânica do curso e se formaram a partir do recorte teórico-prático do tema de cada educando e do ponto de conexão que articulava cada projeto a outros semelhantes, formando espaços de diálogo e formação comum.

Além dos três NEPs (Assessoria Jurídica Popular, Agroecologia e Território, Educação do Campo), foi criado o de Documentação e Memória, responsável por uma atuação transversal e não propriamente vinculado à temática do/a educando/a, mas vinculado a uma estratégia voltada à

produção de registros do processo de trabalho, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de instrumentos pedagógicos audiovisuais e do acervo documental, textual, audiovisual físico e virtual que compõem o PPGDSC.

Além do registro das aulas e dos debates em formato de mesa-redonda e palestra, foram registradas e editadas, em formato de videoaula e documentários, a Aula Inaugural da Residência Agrária, proferida pelo professor Carlos Frederico Marés (UFPR), intitulada “A usurpação das terras da gente” (2013), as ações de extensão do NEP Educação do Campo, intituladas “Uma vida de luta” e “Educação do Campo” (2013), e dois documentários de curta-metragem sobre conflitos fundiários regionais (“Vala do Rio do Peixe”, 2014, e “Acampamento Dom Tomás Balduino”, 2014). Destacam-se o documentário sobre a Turma Dom Tomás Balduino e o filme comemorativo dos 20 anos do MST no Mato Grosso, ambos em processo de finalização.

A atuação com os NEPs foi fundamental para pensar a construção do sentido prático da alternância. O curso estabeleceu como metodologia três momentos pedagógicos pautados na ação de (re)conhecimento dos sujeitos da turma e suas realidades na relação com os usos e práticas do direito, na ação de refletir coletivamente sobre a realidade identificada e de construir uma proposta de intervenção que contemplasse a especificidade e a coletividade.

De acordo com Queiroz (2004), o desafio da alternância se manifesta na efetiva integração/interface dos conteúdos desenvolvidos no Tempo Escola com a realidade social dos estudantes. Assim, algumas reflexões orientaram o debate e a prática com a centralidade da pedagogia da alternância.

Ao não referir apenas o aspecto do sistema de oferta, mas a modalidade de desenvolvimento do curso e os aspectos políticos e pedagógicos do processo de conhecimento, essa concepção impôs o debate em torno de algumas questões, destacando-se: as relações teoria e prática; o conhecimento sistematizado e o saber popular; a prática individual e a construção coletiva do conhecimento; a autoridade do docente e as relações democráticas professor-aluno; as concepções e práticas pedagógicas, e os sujeitos do processo educativo.

Dessa forma, a experiência da turma dialogou com os pressupostos teóricos da Educação do Campo sistematizados por Caldart (2012): contextualização, práxis e transdisciplinaridade. Tal sistemática estabeleceu uma outra lógica no processo de ensino e aprendizagem aos professores e estudantes do curso de Direito, historicamente caracterizado pela descontextualização, pelo dogmatismo e pela unidisciplinaridade (CAMPILONGO, 1992; PORTO, 2000; MACHADO, 2009).

Os NEPs propuseram a discussão em torno de eixos que transversalizaram as disciplinas no Tempo Escola e orientaram as atividades no Tempo Comunidade. O primeiro eixo define-se em torno da trajetória histórica da terra no Brasil e de sua centralidade como elemento estruturante da hierarquização social e da definição de relações de poder, ancoradas numa dimensão patrimonialista e de profunda exclusão social. O segundo eixo define-se a partir da dimensão das lutas sociais e da configuração de direitos sociais como instrumentos de promoção de processos de consolidação de uma sociedade mais democrática e comprometida com a promoção da igualdade. O terceiro define-se pela categoria trabalho, entendida como conceito e prática que fundamentam a sociabilidade humana, cujos padrões civilizatórios contemporâneos se assentam nas possibilidades dadas pela mediação das políticas públicas compreendidas como forma privilegiada de acesso aos direitos sociais.

Ao compreender as dimensões estruturantes acima, afirma-se a categoria camponato e seus processos identitários, configuração de assentados, agricultores familiares, pequenos proprietários, membros de comunidades tradicionais, dentre outros. Essa dinâmica social configura processos culturais próprios e implicam na definição de estratégias e concepções educacionais fundamentais no processo de luta do campo e na afirmação de sua capacidade produtiva em um novo modelo sustentável ecológica e socialmente.

A partir desses eixos de reflexão, pontuaram-se questões para a organização do curso: Como assegurar a chegada das reflexões do Tempo

Comunidade até o Tempo Escola? É possível iniciar as disciplinas sem uma diagnose do processo de conhecimento e ação dos educandos? Qual o papel e o tempo de leitura para a consolidação de conteúdos teóricos, bases de análise das realidades? Como organizar o Tempo Comunidade e o apoio pedagógico para sua realização?

Esses eixos permitiram à equipe pedagógica reflexões sobre como articular a pedagogia da alternância com os pressupostos da pesquisa participante. Tais reflexões estabeleceram as referências para a consolidação da matriz curricular do curso, permitindo a configuração das disciplinas e seu desenvolvimento pedagógico, articulando concepções e práticas pedagógicas, reflexões teóricas e intervenção nas realidades de diferentes comunidades, domínio de conhecimentos e comprometimento político.

Desse modo, a construção e a efetivação dos Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEPs) foram fundamentais para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitassem a articulação entre teoria e prática. Essa oxigenação nas formas de produção do conhecimento científico alimenta a construção de um Direito crítico, popular, plural e transdisciplinar. A Pós-Graduação deu condicionamentos para pensar um novo Direito que dialogue com as mais variadas áreas de conhecimento e com os saberes populares, e na construção de um Direito que não seja preso exclusivamente à instrumentalização normativa e processual, afinal só é possível conseguir resolver conflitos conhecendo a realidade em que estão inseridos.

Além de darem organicidade e vida ao Programa, os NEPs ainda incorporaram a tarefa de refletir e agir de forma a extrapolar a Especialização, olhando para as comunidades dos educandos e para a comunidade da cidade de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. O que ficaria após o fim do projeto, além de trabalhos científicos (artigos, monografias, dissertações, anais, livros)? Qual semente seria plantada?

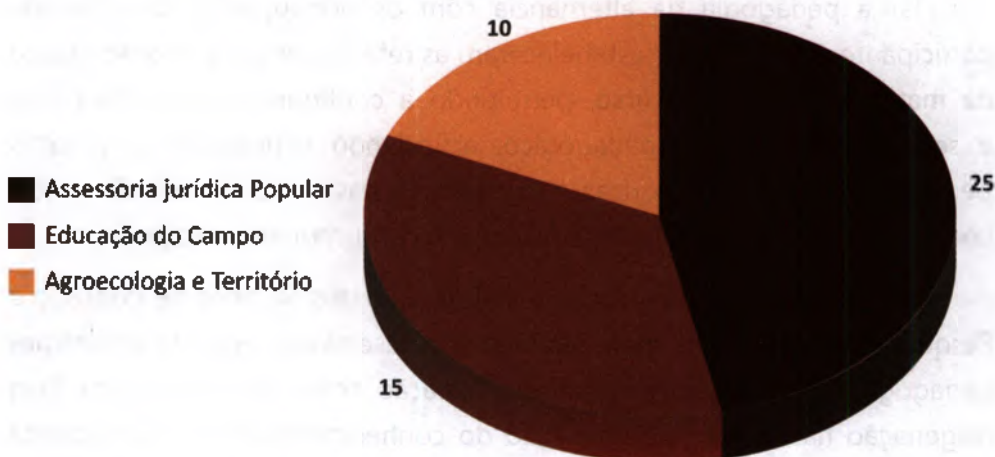
No EIRA, os NEPs possibilitaram o diálogo entre graduação e pós-graduação, entre educandos/as da especialização e suas comunidades e alunos da graduação regular. Desse modo, viabilizou-se que a realidade, os sujeitos, os



problemas e os temas das comunidades chegassem aos alunos/as da graduação e ao curso regular, ao mesmo tempo que se devolveu à comunidade um pouco do que a universidade aprendeu e desenvolveu com ela.

Os/as educandos/as foram assim divididos nos NEPs:

**Gráfico 5: Núcleos de Extensão e Pesquisa da Turma Dom Tomás Balduino**



Fonte: Relatório Perfil da Turma, com base no Diagnóstico Tempo Comunidade\_01 (Julho/2013).

Nas ações estruturantes, como já explicitado, o objetivo era pensar em atividades que promovessem um retorno da turma para a comunidade de Goiás e para a universidade, e projetassem algo para o pós-curso.

O NEP de Assessoria Jurídica Popular teve como ação estruturante a realização de oficinas de Direitos Sociais nas suas comunidades de origem e a produção de uma Coleção de Cartilhas que pudesse ser utilizada no futuro<sup>13</sup>.

Como ação estruturante, o NEP de Agroecologia e Território optou por participar do AGROECOL 2014<sup>14</sup>, composto pelo 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul, 5º Seminário de Agroecologia do Mato

<sup>13</sup>Essa coletânea foi publicada com 4 volumes temáticos: "Segurada Especial. Direitos Previdenciários da Mulher do Campo", "Cadastro Ambiental Rural (CAR)", "Moradia Camponesa" e "O direito à alimentação saudável nas escolas e o incentivo à agricultura familiar e camponesa: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)".

<sup>14</sup>Informações disponíveis em: <<http://www.cpa0.embrapa.br/agroecol2014/apresentacao.php>>.

Grosso do Sul, 4º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul e 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul. Foram nove trabalhos apresentados e publicados nos anais, que foi realizado em Dourados/MS.

O NEP de Educação do Campo, além de coordenar as atividades da turma relacionadas aos Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP's) nas escolas do campo, optou por construir um brinquedo pedagógico, "Ih! Pregaram uma peça no saci!", que busca introduzir no universo infantil reflexões sobre a centralidade do papel da mulher camponesa na organização social, política, econômica e cultural a partir de uma história escrita e ilustrativa. Ao final, o livro convida as crianças a darem continuidade às peças do saci, destinando ilustrações e páginas em branco para o exercício criativo.

## **À guisa de conclusão: a Assessoria Jurídica Popular e o Pronera na construção da contra-hegemonia da educação jurídica**

O principal produto do projeto foi a conclusão do curso e a entrega de 51 diplomas de especialista em Direitos Sociais do Campo, pela Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás, aos educandos e educandas que compuseram a turma de Direitos Sociais do Campo Dom Tomás Balduino. Além disso, o projeto resultou em um conjunto imensurável de conhecimentos partilhados em cada atividade desenvolvida, seja durante as aulas, seja nas ações de pesquisa e extensão de sua comunidade.

O desenvolvimento do projeto permitiu consolidar uma metodologia integradora de ações de ensino-pesquisa-extensão entre a turma da Residência Agrária e as turmas de graduação, especialmente pensando a atuação das/os monitores/bolsistas, bem como as comunidades rurais. A cada etapa do Tempo Escola, três momentos direcionavam o conjunto das atividades: o tempo de chegada e a socialização do Tempo Comunidade, o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares e o seminário de saída e preparação para o Tempo Comunidade, fortalecendo a atuação nos NEPs e nas comunidades.

Em especial, é importante valorizar o PPGDSC por ter permitido a consolidação do "Programa de Extensão Direitos Sociais do Campo: Questão Agrária, Estado e Participação Social" (2016-2017). A partir dos editais PROEXT/MEC, nos anos de 2013 e 2014, foi possível desenvolver o Programa de Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária, apelidado de EIRA, com a incorporação de 10 bolsistas de extensão à equipe. O programa significou uma atividade realizada por professores, estudantes e integrantes dos movimentos sociais do campo para possibilitar aos graduandos uma formação teórica e prática sobre a questão agrária, ao mesmo tempo que fortaleceu uma política educacional que relaciona estudantes de especialização com graduandos na prática de construção de saberes e busca a superação dos problemas indicados pelas comunidades nas áreas da Reforma Agrária. A partir da formação continuada e da vivência nas áreas vinculadas à política de Reforma Agrária, o programa busca articular teoria e prática na formação dos estudantes da regional Goiás e consolidar uma prática de extensão rural vinculada aos movimentos sociais privilegiando a *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2007).

Além dos grupos de estudo e dos debates ocorridos com estudantes da graduação da regional, ampliando as discussões sobre questão agrária, direito, pesquisa e extensão universitária, participação e apresentação de trabalhos em congressos, o projeto também propiciou aos professores a criação de um espaço de reflexão coletiva sobre suas práticas pedagógicas, os limites da educação jurídica, da pesquisa-extensão, dos usos do direito como tecnologia, no formato de um curso de formação para formadores. A cada etapa do Tempo Escola/Universidade, além do encontro dos professores, de caráter mais formativo e reflexivo, também estava garantido horário para orientação individual.

Nesse processo, a chegada dos movimentos sociais aos cursos de graduação e/ou pós-graduação acaba gerando um deslocamento epistêmico: os movimentos sociais deixam de ser "objeto de pesquisa" e passam a ser os sujeitos da pesquisa e de sua formação como professores, pesquisadores-extensionistas da pós ou educandos dos cursos de graduação. "Eu deixo de pesquisar sobre os movimentos sociais e luta por direitos e passo a potencializar e contribuir com a formação/informação sistematizada dos

sujeitos, que estão inseridos em suas organizações e constroem ação política na busca pela efetivação de direitos” (MOREIRA, 2015).

Merece destaque ainda o conjunto de ações desenvolvidas no campo da produção científica, notadamente a partir da realização de três eventos científicos de pesquisa e troca de experiências de caráter nacional: o “Seminário Advocacia, Trabalho e Movimentos Sociais: reflexos sobre o estágio, a pesquisa e a extensão em direito no Pronera”, a “Jornada Universitária de Apoio à Reforma Agrária Popular – JURA”, nos anos de 2014 e 2015, e o “Congresso de Encerramento da Residência Agrária Turma Dom Tomás Balduino: ocupar, resistir e produzir saberes”.

A práxis da Assessoria Jurídica Popular, ao se contrapor à assessoria jurídica “tradicional”, nos questiona sobre a possibilidade de usos contra-hegemônicos de um instrumento de construção de hegemonia<sup>15</sup>: o direito. De que forma usar um instrumento concebido como legitimador da ordem para a transformação dela? Boaventura de Sousa Santos (2003) sistematiza um conjunto de reflexões sobre as possibilidades emancipatórias do direito, diferenciando o uso hegemônico do direito pelas classes e grupos dominantes como instrumentos “exclusivos e autônomos” (SANTOS, 2003, p. 37) e o uso em perspectiva contra-hegemônica, o que implica a adoção de “uma visão não essencialista do direito estatal e dos direitos”, isto é, em manejá-los “como não autônomos e não exclusivos” ao integrá-los “em mobilizações políticas de âmbito mais vasto, que permitam que as lutas sejam politizadas antes de serem legalizadas” (SANTOS, 2003, p. 37).

Sob essa perspectiva “não essencialista” do direito estatal e dos direitos<sup>16</sup>, o NEP de Assessoria Jurídica Popular fomentou o debate sobre os

<sup>15</sup>O conceito de hegemonia em Gramsci (1991, p. 32) refere-se ao consentimento – garantido pela sociedade civil (ou aparelhos privados de hegemonia, como a escola, a universidade etc) – dos indivíduos ao poder dominante. Sob essa perspectiva teórica, o direito é caracterizado como um dos instrumentos utilizados pelo Estado com o fim de “fazer desaparecer certos costumes e hábitos e difundir outros” (1991, p. 96) e como “o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado” (1991, p. 97).

<sup>16</sup>Sobre o papel de mediação exercido pelos advogados na inserção das lutas sociais no Judiciário e sobre a assessoria jurídica popular no Brasil, ver Santos e Carlet (2010), Tavares (2007) e Ribas (2009). Neles há considerações sobre os modos de produção e reprodução dominantes do Direito, aos quais os discursos e as práticas dos advogados e assessores jurídicos populares se contrapõem.

direitos sociais do campo no âmbito de oficinas em que os/as educandos/as da pós-graduação se tornaram educadores em suas comunidades e colaboraram nas mobilizações políticas com o conhecimento teórico construído.

Tal perspectiva também incentivou a troca de saberes com outros/as educandos/as e com advogados populares organizados na Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), ao realizar uma oficina no XX Encontro da RENAP, que ocorreu em Natal/RN, com participação expressiva de estudantes de graduação em Direito de turmas voltadas para o público do Pronera.

A continuidade de espaços de troca e de construção de respostas coletivas para os desafios da Educação do Campo (contextualização, práxis e transdisciplinaridade, nos termos de Caldart, 2008) no âmbito da educação jurídica (descontextualizada, dogmática e unidisciplinar, conforme Campilongo, 1992; Porto, 2000; Machado, 2009) foi a tônica dos debates e é um permanente desafio a ser superado pelas experiências de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. A existência de militâncias políticas com essa percepção nos leva a crer que a superação está em curso, ao vermos as ações dos movimentos sociais que foram parceiros e protagonistas da construção da pós-graduação se direcionarem para garantir esses espaços. Assim, por exemplo, há proposta em fase de viabilização de um encontro de turmas de Direito do Pronera em 2017.

O PPGDSC veio com o intuito de apontar para a construção de uma Universidade Popular, na perspectiva de construção de uma universidade democrática e popular que tenha como principal objetivo discutir e debater caminhos para a diminuição das desigualdades socioeconômicas e combate às injustiças. Ao fim, essa pós-graduação teve como horizonte a intervenção nas comunidades e a produção de conhecimento para o povo. Toda a turma esteve engajada em ações práticas relacionadas à trajetória de efetivação dos direitos sociais no campo a partir da reflexão teórica e intervenção prática na realidade política, social e cultural de sua comunidade de origem.



## Referências

- BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 2. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- CAMPILONGO, C. F. **Assistência jurídica e realidade social**: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais. 1992. Mimeo.
- FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais, In: **Ideação**. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus Foz do Iguaçu, vol.10, n.1, 1º semestre de 2008, p. 41-62.
- GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera/atlas](http://www.fct.unesp.br/nera/atlas)>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- MACHADO, A. A. **Ensino jurídico e mudança social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAIS, H. B. **A dialética entre educação jurídica e Educação do Campo**: a experiência da turma Evandro Lins e Silva da UFG derrubando as cercas do saber jurídico. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.
- MOREIRA, E. M. Práticas da Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo: fortalecendo a relação ensino-pesquisa-extensão. **Revista InSURgencia**. Brasília, IPDMS/UnB, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16773>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- PORTO, I. F. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação**: construção do projeto didático no ensino jurídico. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.
- RIBAS, L. O. **Direito insurgente e pluralismo jurídico**: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000). Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.

SANTOS, B. S.; CARLET, F. S. The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice. In: GHAI, Y.; COTTRELL, J. (Eds.). **Marginalized communities and access to justice**. Abingdon: Routledge, 2010, 60-82.

SOUSA, R. C. **A dimensão cultural das ações afirmativas**: a experiência da turma de direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultura familiar. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, 2009.

\_\_\_\_\_. **O direito achado no campo**: a construção da liberdade e da igualdade na experiência da Turma Evandro Lins e Silva. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

TAVARES, A. C. D. **Os nós da rede**: concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Relatório Parcial do Programa de Pós-graduação Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária**. CNPq/INCRA-Pronera/UFG. Goiás, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEPEC nº 1171/2013**. Cria o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Direitos Sociais do Campo, no Campus Cidade de Goiás, e aprova o respectivo regulamento. Goiás, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do Programa de Pós-Graduação Direitos Sociais do Campo - Residência Agrária**. CNPq/INCRA-Pronera/UFG. Goiás, 2016.





# A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

### **Mônica Castagna Molina:**

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

### **Fernando Michelotti:**

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Rafael Litvin Villas Boas:**

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Rita de Cássia Fagundes:**

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

# ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS  
AUTORES**

**Adriana Fernandes Souza:** Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

**Amaurly da Silva Santos:** É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

**Ana Cláudia Diogo Tavares:** Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

**Ana Manuela Chã:** É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

**Andhressa Araújo Fagundes:** É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

**Andrea C. Matheus:** Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

**Andrea Machado Camurça:** É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

**Ayala Lindabeth Dias Ferreira:** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

**Bárbara Loureiro Borges:** É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

**Beatriz Casado Baidés:** Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

**Carla Tatiane Guindani:** Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Charlotte Emanuele da Silva Sousa:** Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

**Clarice Aparecida dos Santos:** Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

**Daniel Albiero:** Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

**Daniel Mancio:** É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

**Débora Franco Lerrer:** Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-



ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

**Diana Mendes Cajado:** Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

**Dominique Michèle Perieto Guhur:** É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

**Elenara Ribeiro da Silva:** Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

**Erika Macedo Moreira:** Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

**Fábio Ramos Nunes:** Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

**Fernando Michelotti:** É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo:** É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

**Geraldo José Gasparin:** É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

**Haroldo de Souza:** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

**Ivana Leila Carvalho Fernandes:** É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

**Janaina Tude Sevá:** É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

**José Jonas Duarte da Costa:** Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

**José Maria Tardin:** Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

**Josefa Adriana Leal dos Santos:** É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

**Karla Karolline de Jesus Abrantes:** Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

**Laura Angélica Ferreira:** Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

**Lígia Alves Viana:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Luiz Henrique Gomes de Moura:** É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

**Marcela Medeiros de Castro:** Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

**Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa:** Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Marco Antonio Ribeiro Baratto:** Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

**Maria Inês Escobar da Costa:** É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

**Rafael Litvin Villas Bôas:** Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Ranielle Caroline de Sousa:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

**Rita Fagundes:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Roseli Salete Caldart:** É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

**Sônia Barbosa Magalhães:** Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

**Tatiana Canuto Silva:** É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

